



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2015



Órgãos Sociais

Eleitos para o triénio 2015-2017

Assembleia Geral

Presidente	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente	Luís Filipe Rodrigues
Secretário	Instituto Nacional de Segurança Social representada por Dr. Luís João Mandlate

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por Dr. Lucas Fazine Chachine
Vice - Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por Dr. Fernando Dias Nogueira
Vogal	Dr. Pedro Miguel Moura Libano Monteiro

Conselho Fiscal

Presidente	Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Visabeira, SGPS representada por Dr. Pedro André Silva de Sousa



Vogal Instituto Nacional de Segurança Social
representada por
Dra Sandra Maria da Costa Nobre

Vogal suplente Henrique Álvaro Cepeda Gamito Junior

Comissão de Vencimentos

Presidente Montepio Geral – Associação Mutualista
representada pelo
Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro

Vogal GCP – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A
representada por
Sr. Luís Filipe Rodrigues

Vogal Instituto Nacional de Segurança Social

Índice



MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS



Índice

1. Introdução	8
2. Conjuntura macroeconómica	9
2.1. Economia internacional	9
2.2. Economia de Moçambique	10
2.3. Perspectivas para 2016.....	11
3. O mercado segurador em Moçambique.....	12
4. A Moçambique, Companhia de Seguros, SA.....	13
4.1. Expansão, desenvolvimento organizacional e recursos humanos	14
4.2. Sistemas de informação	15
4.3. Marketing e imagem institucional	15
4.4. Análise da actividade	15
4.4.1. Produção	15
4.4.2. Sinistros.....	16
4.4.3. Custos de exploração	18
4.4.4. Custos por natureza.....	18
4.4.5. Resseguro cedido	19
4.4.6. Gestão de investimentos	20
4.4.7. Situação financeira.....	21
4.4.8. Apreciação dos resultados.....	22
4.5. Perspectivas para 2016.....	22
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	23
6. Notas Finais	24
Demonstrações Financeiras.....	25
Notas às Demonstrações Financeiras	32
Anexos	88
Parecer do Conselho Fiscal	90
Relatório do auditor independente.....	91

Relatório do Conselho de Administração



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Relatório e Contas 2015

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

1. Introdução

Ao finalizar o exercício de 2015, o décimo quarto completo da actividade da seguradora, a Moçambique, Companhia de Seguros tem mantido a imagem de qualidade e rigor técnico que predomina desde a sua constituição, permitindo um crescimento sustentável. O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da actividade:



Indicador de actividade	31-Dez-15	31-Dez-14
Taxa de crescimento dos capitais próprios	183,63%	15,76%
Taxa de sinistralidade	41,81%	42,87%
Rácio de despesas	36,49%	42,42%
Rácio combinado	78,30%	85,29%
Taxa de cedência	27,87%	25,39%
Rentabilidade dos capitais próprios	10,85%	15,76%
Provisões técnicas de seguro directo, líquidas de resseguro cedido (milhares de meticais)	119 289	100 265
Activos a representar as provisões técnicas (milhares de meticais) ¹	200 531	149 709
Rácio de cobertura das provisões técnicas	1,68	1,49
Resultado do exercício antes de impostos (milhares de meticais)	20 817	8 643

A elevada taxa de crescimento dos Capitais Próprios resulta essencialmente do aumento de Capital social de 67 milhões de meticais para início da exploração do ramo Vida.

De destacar, também, a redução do Rácio Combinado em 7 p.p., resultado conjunto da diminuição da taxa de sinistralidade e do rácio das despesas, bem como o aumento do rácio de cobertura das provisões técnicas em 19 p.p., fixando-se nos 168%.

2. Conjuntura macroeconómica

2.1. Economia internacional

A economia mundial mostrou sinais modestos de recuperação ao nível do crescimento económico, ao apresentar uma taxa de crescimento global na ordem de 3%, segundo os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional, sendo que as economias

¹ Os activos a representar as provisões técnicas incluem, para além dos investimentos financeiros, os imóveis líquidos de amortizações acumuladas



emergentes e de crescimento continuam pelo quinto ano consecutivo em desaceleração da taxa de crescimento, tendo-se situado nos 4% .

Um conjunto de variáveis marcou o ano 2015, com o preço das *commodities* a manter a tendência decrescente, que teve início na segunda metade de 2014, o dólar norte-americano continuou a fortalecer-se e observou-se uma maior volatilidade nos mercados financeiros. Em 2015, a queda das receitas de exportação devido ao baixo preço das *commodities* e a desvalorização das moedas locais face ao dólar norte americano resultou em fortes pressões inflacionárias, escassez de divisas, no consequente agravamento do défice fiscal e na redução das taxas de crescimento num conjunto de economias dependentes de importações como é o caso das economias Africanas.

O crescimento da economia mundial é sustentado pelo desempenho das economias emergentes, onde se destaca a China (6,9%) e Índia (7,3%), sendo que a China está a reestruturar o seu modelo de crescimento, de uma forte base industrial e de exportações para um maior foco no consumo e no sector de serviços.

Na África Subsaariana, verificou-se uma desaceleração face ao ano anterior, tendo baixado de 6,9% para 3,5%.

A China continua a ter um papel fundamental nas economias dos países subsaarianos, quer em termos de equilíbrio externo, quer através do investimento em projectos de infraestruturas.

2.2. Economia de Moçambique

Apesar do cenário internacional de abrandamento da economia mundial a economia moçambicana continua a demonstrar um desempenho positivo sustentado, essencialmente, pelos sectores da agricultura, exploração mineira, transportes e comunicações, originando um crescimento do PIB de 5,9%, em 2015, face ao período



homólogo, abaixo das previsões do início do ano, fruto essencialmente da depreciação do metical e da redução dos preços das *commodities*.

A taxa de inflação anual aumentou de 4,26% para 10,06%, reflexo de um incremento dos preços dos produtos alimentares importados, em resultado da forte depreciação do metical face ao dólar norte americano (43%) e ao rand, verificada no ultimo semestre de 2015, tendo inclusive obrigado o Governo a permitir o aumento de alguns dos preços fixados administrativamente, como o caso do pão, electricidade e água.

A volatilidade da moeda, com tendência de depreciação, a consequente necessidade de continuar a ajustar os preços fixados administrativamente e os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola e sobre o preço dos alimentos constituem os principais riscos para a inflação em 2016.

Apesar dos avanços conseguidos pela economia moçambicana, da volatilidade da moeda e das medidas de estabilidade económica e financeira por parte das autoridades no ultimo trimestre de 2015, existe muito espaço para o progresso em termos de desenvolvimento humano, da competitividade, melhoria das condições de saúde e de educação, e, consequentemente, da redução da pobreza.

O futuro para a diminuição do índice de pobreza, assenta no aumento da produção e da produtividade no sector da agricultura, na criação de emprego, tanto no sector privado como no público, no desenvolvimento de infraestruturas logísticas, saúde e educacionais. A elevada percentagem da população no limiar da pobreza e o baixo nível educacional, terão que ser alvo de combate, com consequências directas no crescimento do consumo público e privado.

2.3. Perspectivas para 2016

Considerando a continuidade das previsões de uma conjuntura internacional adversa e incerta, existem factores que terão que ser prioritários para Moçambique nomeadamente a



estabilidade política e militar, medidas de controlo do mercado monetário que poderão permitir a Moçambique olhar para o futuro com mais optimismo. O terminus da linha férrea de Tete a Nacala, a expectativa do aumento dos preços das *commodities*, a forte entrada de investimento directo estrangeiro em vários projectos de grande dimensão (Energia Eléctrica e Gás Natural) e a manutenção dos fluxos comerciais estáveis (exportação de electricidade e importação de alimentos) são elementos chave para o futuro da economia moçambicana.

3. O mercado segurador em Moçambique

O mercado segurador, do lado da oferta manteve as dezassete seguradoras do ano transacto, bem como um ressegurador de direito moçambicano, a MOZRE, Moçambique Resseguros, S.A., de capitais moçambicanos e zimbabueanos.

O mercado segurador reflecte o acentuado domínio dos ramos Não Vida (86%), num total de 7 281 milhões de meticais (dados de 2014, do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique), com uma taxa de penetração de seguros na economia de 1,55% em 2014, contra 1,52% em 2013.

No tocante às quotas de mercado, destacam-se as seguradoras Global Alliance com 43% do total dos prémios e 34% nos ramos Não Vida, SIM com a participação de 24% no total do mercado e 19% nos ramos Não Vida e a EMOSE com 22% da receita total e 17% da produção Não Vida. Estes operadores representam 70% do negócio Não Vida.

Nos ramos Não Vida o seguro Automóvel continua a dominar o mercado, com 34% do total de prémios emitidos, face ao seu carácter de obrigatoriedade e a uma, cada vez maior, consciencialização dos seus benefícios por parte da sociedade, seguido do ramo Incêndio e Outros Danos, com 31%, que registou um crescimento de 7 p.p. face a 2013.



O ramo Vida representa 14%, tendo sofrido um acréscimo de 1 p.p. em relação ao período homólogo.

O resseguro cedido registou um decréscimo de 1,3 p.p. na taxa de cedência em Não Vida, passando para 38,4%, e o mesmo decréscimo de 1,3 p.p. na taxa de cedência Vida, passando para 14,7%, relativamente a 2013, com maior incidência nos ramos Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Aéreo.

Em termos de sinistralidade o sector continua a apresentar taxas inferiores às que se verificam noutros países, quer africanos, quer europeus, tendo por base o custo com sinistros face a prémios adquiridos líquidos de resseguro (41,4% em todos os ramos Não Vida, relativo a 2014). Esta taxa sofreu, contudo, um acréscimo de 5 p.p. face a 2013.

4. A Moçambique, Companhia de Seguros, SA

Ao iniciar a apreciação da actividade e dos resultados deste exercício, cumpre salientar, que o exercício de 2015 ficou assinalado pela subscrição e realização de 67 milhões de meticais em acções para o início da exploração do ramo Vida. A Companhia prosseguiu a manter uma política de rigorosa selecção de novos riscos, de diversificação e equilíbrio da carteira, continuando o esforço de cobranças e de redução dos recibos com maior antiguidade.

A Companhia manteve a autorização para a utilização do logótipo “Orgulho Moçambicano”.

Continuam a existir alguns desequilíbrios, principalmente ao nível da estrutura de custos por natureza, apesar da redução ocorrida nos últimos anos, fruto de uma maior contenção e rigor. Os principais objectivos da Companhia, nomeadamente ao nível da receita processada e de redução da taxa de sinistralidade, foram atingidos.



Em 2015, a Companhia reforçou o relacionamento com os principais corretores do mercado, estabelecendo também novas parcerias ao nível da bancasseguros, tendo expandido a sua estrutura territorial através da abertura de Agentes Loja.

4.1. Expansão, desenvolvimento organizacional e recursos humanos

Em 2015, a Moçambique, Companhia de Seguros manteve a sua imagem de rigor e qualidade, sendo reconhecida pela sua forma de actuar por parte de clientes, corretores, resseguradores e outros parceiros.

O exercício foi caracterizado por um forte crescimento em termos da receita processada, tendo ainda sido possível uma redução dos custos de exploração, quer em termos percentuais quer absolutos.

Iniciaram-se as obras no novo Balcão da Beira, na Praça Municipal, tendo em conta o aumento de carteira verificado, de forma a criar melhores condições ao nível do atendimento a clientes e das condições de trabalho. Foi concluído o projecto de viabilidade de abertura de um Balcão em Nampula, tendo o espaço já sido escolhido e estando prevista a sua abertura no primeiro semestre de 2016, o que ira representar mais um marco na expansão a nível territorial da Moçambique, Companhia de Seguros.

A gestão de recursos humanos manteve a orientação de privilegiar a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos trabalhadores, tendo sido ministradas várias acções de formação internas e externas, bem como iniciativas de acolhimento e formação a novos colaboradores.

O quadro de pessoal da Companhia, composto por quarenta e seis elementos (quarenta e três em 2014), tem vindo a crescer de forma sustentada, através de uma política de contratações assente em critérios de qualidade.



4.2. Sistemas de informação

Tendo ficado concluído, no decurso dos últimos exercícios, o plano de substituição do parque informático (hardware) da empresa, durante o ano em apreço manteve-se a política de actualização permanente do equipamento informático.

A nível aplicacional continuam a ser implementadas diversas melhorias no actual sistema operacional, com vista à optimização de processos de modo a dotar a gestão com mais e melhor informação.

Encontra-se na fase de levantamento e desenho de processos o novo sistema *core*, cuja implementação irá decorrer até ao final de 2017, este significativo investimento irá permitir uma evolução muito positiva dos meios de controlo, gestão de informação, desenvolvimento mais rápido e flexível de produtos, tendo como objectivo final a melhoria do serviço prestado a clientes, parceiros e terceiros.

4.3. Marketing e imagem institucional

Foram desenvolvidas várias acções de concepção e lançamento de novos produtos, orientados para o mercado de particulares e para o segmento das pequenas e médias empresas.

A Moçambique, Companhia de Seguros continua a deter uma imagem de rigor e profissionalismo junto do mercado segurador.

4.4. Análise da actividade

4.4.1. Produção

Os prémios brutos emitidos atingiram, em Dezembro de 2015, o montante de 313 815 milhares de meticais, valor que se enquadra com o objectivo previsto para o exercício. Quando comparado com os 229 916 milhares de meticais registados no exercício anterior, o crescimento da receita processada, fixou-se em 36,49%.



Este crescimento foi obtido através de uma forte componente de assistência comercial junto da rede de mediação, bem como de uma oferta com elevada qualidade, quer ao nível das vendas quer no tocante à regularização de sinistros.

Apraz-nos registar que a Companhia conta, na sua carteira de clientes com várias das mais qualificadas empresas do mercado nacional, de que se destacam o Grupo Vodacom, a Petromoc, o Banco Único, Banco Terra Moçambique, o FNB Moçambique, os Médicos sem Fronteiras, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, a JAT Constrói, Comserv, entre muitos outros.

No ano de 2015, foram emitidas 5 724 novas apólices, em meticais, dólares e rands. O prémio médio por apólice ascendeu a 31,58 milhares de meticais, quando, em 2014, esse valor era de 62,44 milhares de meticais. Das apólices novas 50% dizem respeito ao ramo Automóvel com um prémio médio de 18,78 milhares de meticais, o que justifica à redução do prémio médio atrás evidenciada.

A composição da carteira da Companhia teve uma redução do peso do Automóvel, representando 53,27% comparativamente a 61% de 2014, tendo-se verificado um reforço dos Acidentes e Doença, suportado essencialmente pela continuada comercialização do seguro de Saúde.

A política estratégica de venda cruzada de produtos, mantendo a contínua monitorização da política de subscrição, teve uma evolução positiva e equilibrada no conjunto dos ramos, diminuindo a preponderância do ramo Automóvel.

4.4.2. Sinistros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, a Companhia registou a participação de 1079 processos de sinistro, dos quais 681 foram já encerrados. No final do exercício, o



número de processos de sinistros abertos era de 498, sendo 398 de 2015, 54 de 2014, 17 de 2013 e os restantes de exercícios anteriores a 2012.

Os custos com sinistros atingiram os 126 236 milhares de meticais, sendo 108 966 milhares de meticais referentes a montantes pagos e a uma variação positiva da provisão de 17 269 milhares de meticais relativos, essencialmente, ao Automóvel e a Acidentes de Trabalho. É de destacar o reforço da provisão nos Acidentes de Trabalho resultante de sinistros com pensão e o facto de os sinistros do ramo Automóvel representarem, por si só, 77,33% dos montantes pagos.

Custos com sinistros

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3)=(1)+(2)
Seguro directo			
Acidentes de Trabalho	13 893 616	14 503 338	28 396 954
Acidentes Pessoais e Doença	-	15 617	15 617
Incêndio e Elementos da Natureza	6 638 691	401 493	7 040 184
Automóvel	84 264 239	2 042 245	86 306 484
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	314 781	750 278	1 065 059
Responsabilidade Civil Geral	3 855 026	(391 120)	3 463 906
Diversos	-	(52 018)	(52 018)
Total	108 966 353	17 269 833	126 236 186
Resseguro aceite	-	-	-
Total Geral	108 966 353	17 269 833	126 236 186

Rácio de Sinistralidade / Prémios adquiridos

Ramo	31-Dez-15	31-Dez-14
Acidentes de Trabalho	89,35%	62,28%
Acidentes Pessoais e Doença	0,07%	-9,96%
Incêndio e Elementos da Natureza	13,53%	15,73%
Automóvel	51,25%	53,98%
Transportes	23,49%	3,68%
Responsabilidade Civil Geral	20,19%	31,90%
Diversos	-1,03%	75,01%
Total	41,81%	42,87%



O rácio de sinistralidade da Companhia fixou-se em cerca de 41,81% dos prémios adquiridos, com o Automóvel a ter um redução para os 51% face a 2014 e os Acidentes de Trabalho com um agravamento para 89%, resultado de sinistros graves que derivaram em pensões. A sinistralidade global ficou 1 ponto percentual abaixo da registada no exercício anterior (42,87%), em resultado, essencialmente, da redução da taxa de sinistralidade do Automóvel, Incêndio e Elementos da Natureza e do ramo Responsabilidade Civil Geral.

4.4.3. Custos de exploração

O valor dos custos de exploração, em 2015, foi de 28 624 milhares de meticais, ou seja, 9,48% dos prémios adquiridos, valor que compara com 12,14%, no ano anterior. A diminuição deste rácio está relacionada com a alteração ocorrida no comissionamento de carteiras próprias de colaboradores.

Custos de exploração, por ramo

Ramo	2015	2014
Acidentes de Trabalho	11,66%	15,75%
Acidentes Pessoais e Doença	2,49%	4,38%
Incêndio e Elementos da Natureza	13,06%	13,28%
Automóvel	9,10%	12,15%
Transportes	13,63%	15,80%
Responsabilidade Civil Geral	8,86%	11,39%
Diversos	1,82%	2,48%
Total	9,48%	12,14%

4.4.4. Custos por natureza

O total dos custos por natureza ascendeu, em 2015, a 27,87% dos prémios adquiridos, mais 3,81 p.p. que em 2014. As despesas com pessoal, incluindo as remunerações dos Órgãos Sociais, representaram 17,13% (13,09%, em 2014), estando cerca de 50% deste acréscimo relacionado com a indemnização, por cessação de funções, a um colaborador,



sendo o remanescente com salários indexados ao USD e ao aumento geral dos salários dos trabalhadores. Nos outros Custos, 10,74% (10,97%, em 2014), registou-se uma ligeira diminuição face ao ano anterior.

Designação	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Despesas Gerais	84 133 076	27,87%	72 641 895	24,06%
. Despesas com o pessoal	51 723 204	17,13%	39 524 122	13,09%
. Outros Custos	32 409 872	10,74%	33 117 773	10,97%
. Fornecimentos e Serviços Externos	28 397 535	9,41%	29 692 926	9,84%
. Impostos e Taxas	-	0,00%	-	0,00%
. Amortizações	4 012 337	1,33%	3 424 847	1,13%
Total dos Prémios Adquiridos	301 895 883		224 170 718	

4.4.5. Resseguro cedido

O resseguro cedido apresentou, no final de 2015, um saldo financeiro favorável aos resseguradores de 43 046 milhares de meticais, enquanto, em 2014, o saldo foi de 25 860 milhares meticais. O resultado apresentado, favorável aos nossos resseguradores, está influenciado pelo *fronting* da Vodacom e do aumento da receita processada afecta ao seguro Saúde.

Movimento com Resseguradores

	31-Dez-15	31-Dez-14
Prémios de Resseguro Cedido	87 470 873	58 368 339
Comissões e Participação nos Resultados	14 067 541	18 034 123
Sinistros e Variação da provisão para sinistros	30 356 487	14 474 100
Resultado para os Resseguradores	43 046 845	25 860 117
Prémios de Seguro Directo	313 815 585	229 915 748
Taxa de Cedência	27,87%	25,39%



Merece uma referência especial, a percentagem dos prémios de resseguro cedido em relação aos prémios brutos emitidos de seguro directo, que atingiu 27,87%, em 2015, valor que compara com 25,39%, em 2014, e que é o resultado do crescimento verificado na carteira do seguro de Saúde (*Fronting*), do ramo Responsabilidade Civil Geral com elevados capitais colocados em Resseguro Facultativo, bem como ao crescimento no ramo Incêndio e Elementos da Natureza.

4.4.6. Gestão de investimentos

No exercício de 2015, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos quer em moeda nacional, quer em moeda estrangeira, tendo sido adquiridos no âmbito da diversificação do tipo de risco em obrigações de empresas de renome.

Investimentos líquidos de desinvestimentos

Tipo de investimento	31-Dez-15	31-Dez-14
Depósitos a prazo	90 898 251	52 771 555
Bilhetes do Tesouro	-	1 865 065
Obrigações	8 800 000	2 000 000
Empréstimos Hipotecários	-	77 190
Imóveis	43 399 200	43 399 200
- De Rendimento	-	-
- De Serviço Próprio	43 399 200	43 399 200
- Em curso	-	-
Total	143 097 451	100 113 009

A variação positiva evidenciada no quadro acima, resulta essencialmente das novas aplicações efectuadas no exercício, nomeadamente, em Depósitos a Prazo e Obrigações Corporativas, resultantes do efeito conjunto do aumento de capital realizado em 2015 e da liquidação de saldos de resseguro com alguma antiguidade.



Em 2015, realizaram-se, ainda, investimentos em equipamento relacionados com as instalações da Companhia e com o parque informático e de transporte.

4.4.7. Situação financeira

O activo líquido, em 2015, totalizou 398 166 milhares de meticaís, contra 307 996 milhares de meticaís, em 2014.

O total dos capitais próprios que, em 2014, se fixou em 43 833 milhares meticaís, passou a 124 323 milhares de meticaís, em 2015, decorrente do aumento de capital de 67 milhões de meticaís, bem como do resultado líquido alcançado no exercício.

Importa, ainda, referir que no exercício de 2015 se procedeu à cobrança de recibos no valor de 301 757 milhares de meticaís. Este valor representa cerca de 96,15% dos prémios processados, abaixo dos 107,13% registados no exercício anterior e que constitui, mesmo assim, evidência do continuado esforço de cobrança que tem sido levado a cabo pela Companhia, tendo em conta as dificuldades vividas no mercado. Durante o exercício de 2015, prosseguiu-se com a política de redução dos recibos com maior antiguidade. O rácio verificado, dadas as circunstâncias específicas do mercado moçambicano, pode considerar-se satisfatório.

É nossa convicção que, no decurso do exercício de 2016, será possível aumentar o rácio de cobrança para valores acima de 100%.

O montante dos prémios em cobrança atingiu, em 31 de Dezembro de 2015, os expressivos 110 176 milhares de meticaís. A provisão para recibos por cobrar, que ascende a 26 526 milhares de meticaís, correspondente a uma cobertura de cerca de 24,07% do montante desses prémios. O valor de prémios à cobrança, com menos de 1 ano, representa cerca de 87% do total. O reforço da provisão está em conformidade com os critérios definidos pela Autoridade de Supervisão e que reflectem uma maior adequação à realidade moçambicana.



O passivo da Companhia é, essencialmente, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

4.4.8. Apreciação dos resultados

O resultado líquido do exercício atingiu os 11 774 112 meticais. Este resultado foi obtido tendo em conta o crescimento de 34,97% dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, conjugado com diferenças cambiais positivas resultantes da desvalorização do metical face ao dólar norte americano e dos rendimentos associados aos investimentos financeiros. Pela negativa o reforço efectuado da provisão para recibos por cobrar.

4.5. Perspectivas para 2016

Para o ano de 2016, assumem-se como prioridades o incremento da relação com o canal de mediação, o início da venda dos produtos do ramo Vida junto do canal de bancaseguros e do *Corporate*, bem como a manutenção de medidas de selecção de carteira e de uma criteriosa regulação de sinistros, para que se obtenha o equilíbrio necessário na exploração técnica dos ramos.

Irá prosseguir a expansão territorial no Norte do País, com a abertura no primeiro semestre do Balcão de Nampula, bem como a abertura de Agentes Loja no Sul, Centro e Norte, de forma à que a Moçambique, Companhia de Seguros fortaleça a sua presença num espaço mais alargado em termos do território nacional.

Com um a inclusão do ramo Vida na oferta da Moçambique, Companhia de Seguros estão criadas as condições para uma oferta global ao cliente e aos nossos parceiros, de modo a podermos aumentar a quota de mercado, preservando a imagem da MCS e incrementando a sua notoriedade.



Um das políticas seguidas em 2015 foi a racionalização de custos, permitindo uma redução em termos absolutos e uma maior diluição estrutural dos mesmos, de modo a serem atingidos os níveis de rentabilidade exigidos para o desenvolvimento e fortalecimento da Companhia.

Os valores alcançados, já no decorrer do ano de 2016, permitem antever um bom exercício. De facto, o volume de Prémios Brutos Emitidos, nos primeiros dois meses, foi de 86 milhões de meticais, com uma taxa de crescimento de 41%, os Custos com Sinistros apresentaram uma redução de 20%, com um total de 20 milhões de meticais.

Estes factos, aliados à comercialização dos produtos associados ao ramo Vida, do incremento do esforço comercial junto dos mediadores, da abertura de Balcões e Agente Lojas, são o garante da continuação do desenvolvimento da empresa.

Mantendo-se um crescimento moderado da economia, e com o aumento do número de operadores, associado à reduzida taxa de penetração do sector segurador no PIB, a Companhia terá de intensificar esforços para consolidar a carteira e atingir níveis de produtividade mais elevados, para cujo objectivo os trabalhadores da MCS se encontram empenhados.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a aplicação do lucro apurado, no montante de 11 774 112,45 meticais, nas seguintes rubricas:

Reserva Legal	2 354 822,49
Reserva Estatutária	588 705,62
Resultados transitados	2 649 175,30
Dividendos	6 181 409,04

Com a aplicação de resultados constante da presente proposta, a situação líquida da empresa fixar-se-á em 116 425 925 meticais.



6. Notas Finais

Ao finalizar, apresentamos as nossas saudações e agradecimentos a todos quantos nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o crescimento da Companhia, nomeadamente:

- . ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério da Economia e Finanças, que tem assegurado ao País um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;
- . ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;
- . ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;
- . aos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;
- . aos Auditores, pela colaboração prestada;
- . à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;
- . aos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;
- . aos Corretores e restantes parceiros pela colaboração prestada;
- . aos Clientes pela confiança demonstrada;
- . aos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que desempenharam as suas tarefas.

Maputo, 14 de Março de 2016

O Conselho de Administração

Presidente

G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A., representada por
Dr. Lucas Fazine Chachine

O Vice - Presidente

Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por
Dr. Fernando Dias Nogueira

O Vogal

Dr. Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro



Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

GANHOS E PERDAS	Notas	Ramo Vida	Ramos Não Vida										Conta Não Técnica	Totais do Exercício	Totais do Exercício Anterior	
			Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Elementos da Natureza	Automóvel	Marítimo	Ferroviário	Aéreo	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro			13 559	27 688 410	703 223	16 800 337	150 098 301	-	-	-	2 014 672	5 371 084	654 875	-	203 344 461	166 225 481
Prémios brutos emitidos	4.15	160 080	30 765 052	26 481 231	54 087 423	167 178 493	-	-	-	5 174 668	23 000 559	6 968 078	-	-	313 815 585	229 915 748
Prémios de resseguro cedido	4.15	-	(768 715)	(25 018 524)	(33 327 839)	(4 088 330)	-	-	-	(2 130 466)	(16 847 036)	(5 289 964)	-	-	(87 470 873)	(58 368 339)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4.10	(146 522)	(2 180 767)	(4 267 231)	(7 360 291)	(12 306 371)	-	-	-	(771 262)	(6 780 325)	(2 159 557)	-	-	(35 972 326)	(5 745 030)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	4.8	-	(127 160)	3 507 747	3 401 044	(685 491)	-	-	-	(258 268)	5 997 886	1 136 317	-	-	12 972 075	423 102
Custos com sinistros líquidos de resseguro			-	11 418 368	15 617	2 134 066	83 027 514	-	-	-	(753 969)	90 121	(52 018)	-	95 879 699	81 619 400
Montantes pagos																
Montantes brutos	4.16	-	13 893 616	-	6 638 691	84 264 239	-	-	-	314 781	3 855 026	-	-	-	108 966 353	93 889 426
Parte dos resseguradores	4.16	-	-	-	(4 121 595)	-	-	-	-	(1 838 614)	-	-	-	-	(5 960 208)	(5 862 070)
Provisão para sinistros (variação)																
Montante bruto	4.16	-	14 503 338	15 617	401 493	2 042 245	-	-	-	750 278	(391 120)	(52 018)	-	-	17 269 833	2 204 074
Parte dos resseguradores	4.16	-	(16 978 586)	-	(784 524)	(3 278 970)	-	-	-	19 586	(3 373 785)	-	-	-	(24 396 278)	(8 612 030)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.8	-	-	-	232 465	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232 465	161 236
Gastos de exploração líquidos			-	11 904 570	1 147 391	12 738 167	62 884 375	-	-	-	1 063 721	2 955 473	224 993	-	92 918 689	77 061 807
Custos de aquisição	4.17	-	5 422 098	2 197 091	9 340 524	25 870 586	-	-	-	921 828	2 266 789	327 614	-	-	46 346 529	43 436 843
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.17	-	(156 916)	(33 106)	(931 362)	(448 666)	-	-	-	(85 532)	(144 761)	(165 917)	-	-	(1 966 261)	(930 284)
Custos administrativos	4.17	-	6 639 389	3 219 334	11 197 502	37 462 455	-	-	-	793 889	2 864 437	428 956	-	-	62 605 962	52 589 371
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.17	-	-	(4 235 927)	(6 868 497)	-	-	-	-	(566 464)	(2 030 992)	(365 660)	-	-	(14 067 541)	(18 034 123)
Rendimentos																
Outros														8 046 497	8 046 497	4 064 320
Gastos com investimentos																
Outros	4.17	-	148 817	111 613	223 226	706 882	-	-	-	-	111 613	37 204	-	-	1 339 356	856 126
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			-	2 030 630	184 215	1 073 584	8 198 050	-	-	-	(87 994)	448 612	-	-	11 847 099	6 677 644
De activos disponíveis para venda																
De empréstimos e contas a receber valorizadas a custo amortizado	4.9	-	2 030 630	184 215	1 073 584	8 198 050	-	-	-	(87 994)	448 612	-	-	-	11 847 099	6 677 644
De investimentos a deter até a maturidade																
De outros																
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro																
Outras provisões (variação)																
Outros rendimentos/gastos	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 643 656	11 643 656	4 729 074
Resultado antes de imposto			13 559	2 186 024	(755 612)	398 829	(4 718 521)	-	-	-	1 792 914	1 765 266	444 696	19 690 152	20 817 307	8 642 662
Impostos correntes	4.19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5 912 335)	(5 912 335)	(2 607 567)
Impostos diferidos	4.19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 130 859)	(3 130 859)	(67 408)
Resultado líquido do exercício			13 559	2 186 024	(755 612)	398 829	(4 718 521)	-	-	-	1 792 914	1 765 266	444 696	10 646 958	11 774 112	5 967 687

BALANÇO	Notas	31-Dez-15		31-Dez-14	
		Valor bruto	Depreciações e provisões		Valor líquido
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.1	45 201 333	-	45 201 333	12 766 576
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.2	108 016 424	-	108 016 424	55 955 272
Outros empréstimos	4.3	-	-	-	77 190
Investimentos a deter até a maturidade	4.4	8 934 873	-	8 934 873	4 060 167
Edifícios					
De uso próprio	4.5	43 399 200	3 905 928	39 493 272	40 144 260
Outros activos tangíveis	4.6	29 075 182	19 136 572	9 938 609	8 290 212
Outros activos intangíveis	4.7	6 246 350	878 800	5 367 550	64 350
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	4.8	24 473 422	-	24 473 422	14 564 822
Provisão para sinistros					
De acidentes de trabalho	4.8	4 636 890	-	4 636 890	4 637 502
De outros ramos	4.8	5 035 147	-	5 035 147	4 768 193
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.9	134 779 432	26 526 819	108 252 613	138 186 783
Contas a receber por outras operações de resseguro	4.9	13 044 920	-	13 044 920	6 545 840
Contas a receber por outras operações	4.9	22 189 145	-	22 189 145	11 733 137
Activos por impostos					
Activos por impostos correntes	4.19	6 458 144	-	6 458 144	5 666 037
Activos por impostos diferidos	4.19	9 504	-	9 504	12 741
Acréscimos e diferimentos	4.20	1 009 087	-	1 009 087	523 078
Total do activo		452 509 051	50 448 120	402 060 931	307 996 160



BALANÇO	Notas	31-Dez-15	31-Dez-14
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	4.10	109 174 993	96 074 119
Provisão para sinistros			
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.10	23 525 071	8 356 377
De outros ramos	4.10	19 448 754	18 752 413
Provisão para desvios de sinistralidade	4.10	361 859	129 394
Provisão para riscos em curso	4.10	923 607	923 607
Empréstimos bancários	4.11	8 498 924	3 087 529
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.12	35 356 600	31 413 873
Contas a pagar por operações de resseguro	4.12	38 703 281	59 961 383
Contas a pagar por outras operações	4.12	22 973 104	9 940 488
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	4.19	12 578 838	11 042 348
Passivos por impostos diferidos	4.19	6 487 372	3 359 749
Acréscimos e diferimentos	4.20	1 421 195	21 121 659
Total do passivo		279 453 597	264 162 939
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	4.13	100 000 000	33 000 000
Reserva legal	4.14	5 557 141	4 363 604
Reservas estatutárias	4.14	1 624 985	1 326 601
Outras reservas	4.14	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados		2 186 461	(2 289 304)
Resultados do exercício		11 774 112	5 967 687
Total do Capital Próprio		122 607 334	43 833 222
Total do Passivo e do Capital Próprio		402 060 931	307 996 160

**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO
CAPITAL PRÓPRIO**

	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balço a 31 de Dezembro de 2013	33 000 000	3 904 786	1 211 897	1 464 634	(4 009 868)	2 294 086	37 865 535
Aplicação do resultado do exercício de 2013	-	458 817	114 704	-	1 720 565	(2 294 086)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	5 967 687	5 967 687
Balço a 31 de Dezembro de 2014	33 000 000	4 363 604	1 326 601	1 464 634	(2 289 304)	5 967 687	43 833 222
Aplicação do resultado do exercício de 2013	-	1 193 537	298 384	-	4 475 765	(5 967 687)	-
Aumento de capital social	67 000 000	-	-	-	-	-	67 000 000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	11 774 112	11 774 112
Balço a 31 de Dezembro de 2015	100 000 000	5 557 141	1 624 985	1 464 634	2 186 461	11 774 112	122 607 334

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Notas	2015	2014
	<hr/>	<hr/>
Resultado líquido do exercício	11 774 112	5 967
<u>Outros ganhos / (perdas) reconhecidos directamente em Capital próprio</u>	-	
Total do rendimento integral	<hr/> 11 774 112 <hr/>	<hr/> 5 967 <hr/>



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	11 774 112	5 967 687
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Impostos sobre o rendimento	9 043 194	2 674 975
Depreciações e amortizações	4 012 336	2 773 860
Mais valia no abate de activos tangíveis	-	(118 100)
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	11 847 099	6 677 644
<u>Variações nos activos e passivos operacionais:</u>		
(Aumento) / redução em devedores por operações de seguros e outras operações	14 687 143	(51 291 685)
Aumento / (redução) em credores por operações de seguros e outras operações	(23 983 225)	44 674 492
Regularização de saldos	-	601 000
Aumento / (redução) de impostos activos / passivos	(4 192 880)	(2 890 991)
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(975 070)	(2 226 514)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	22 212 709	6 842 368
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	(5 035 096)	(4 469 258)
Aquisição de activos intangíveis	(5 271 029)	(96 521)
Venda de activos tangíveis	20 000	118 100
Aquisição de títulos de dívida	(6 800 000)	(2 000 000)
Reembolso de títulos de dívida	2 000 000	-
Constituição de depósitos a prazo	(47 942 979)	-
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(63 029 104)	(6 447 679)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Empréstimos bancários obtidos	7 375 038	3 410 052
Reembolso de empréstimos bancários	(1 123 886)	(322 523)
Aumento de capital social	67 000 000	-
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	73 251 152	3 087 529
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	32 434 757	3 482 218
Caixa e equivalentes de caixa a 1 de Janeiro	12 766 576	5 401 146
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	45 201 333	12 766 576

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima, constituída em 20 de Julho de 2000, por tempo indeterminado. Tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros, em todos os ramos Vida e Não Vida e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das empresas de seguros. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas agendada para 17 de Março de 2016.



2.2. Políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros em MZN às datas de 31 de Dezembro de 2015 e de 31 de Dezembro de 2014 foram as seguintes:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Dólar Norte-Americano	48,81	34,97
Rand Sul-Africano	3,13	2,95
Euro	53,35	41,35

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:



Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.



Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.



Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.



c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.



Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.



Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.



g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados inicialmente pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro sempre que apresentem montantes e prazo de maturidade significativa, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.



Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 4 a 6 anos
- Mobiliário e material: 6 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua efectivação.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.



Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio a MCS optou igualmente pelo modelo do custo sendo, à semelhança dos restantes activos tangíveis, mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.



l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.



O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o



segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método *pro-rata temporis*. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no balanço deduzida dos custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.



Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos Vida e Não Vida pelo correspondente a 1% e 5%, respectivamente, dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo



da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISSM, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 2015 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

p) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota (j) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.



As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

q) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente, os ramos Vida, Não Vida e os Serviços de Gestão de Investimentos.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.



As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador do seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).



Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que se efectue adequados julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante o exercício de 2015 e 2014 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeitos de comparabilidade desse exercício.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.



3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, nomeadamente:

- Ramo Vida ainda em fase embrionária com a recente concessão da licença por parte do órgão regulador – ISSM.
- Ramos Não Vida que compreendem a generalidade dos seguros comercializados para particulares e empresas.
- Serviços de Gestão de Investimentos que gere as aplicações decorrentes dos prémios recebidos dos segurados.

A definição destes segmentos de negócio foi efectuada tendo em conta a similaridade da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração dos mesmos e a organização de gestão em vigor na Companhia.

O desempenho por segmento é avaliado com base nos ganhos e perdas apresentados.

O balanço por segmentos de negócio foi elaborado, com excepção dos activos financeiros, das provisões técnicas e dos resultados antes de impostos (que já estavam registados por ramo de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas.

**BALANÇO POR SEGMENTOS**

	31-Dez-15			
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	43 165	45 158 168	-	45 201 333
Empréstimos e contas a receber	103 150	107 913 274	-	108 016 424
Investimentos a deter até a maturidade	8 532	8 926 341	-	8 934 873
Edifícios	-	39 493 272	-	39 493 272
Outros activos tangíveis	-	9 938 609	-	9 938 609
Outros activos intangíveis	-	5 367 550	-	5 367 550
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	34 145 459	-	34 145 459
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	121 135 291	22 189 145	143 486 677
Activos por impostos	-	-	6 467 648	6 467 648
Acréscimos e diferimentos	-	-	1 009 087	1 009 087
Total do activo	317 088	372 077 964	29 665 879	402 060 931
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	146 522	153 287 762	-	153 434 283
Empréstimos bancários	-	-	8 498 924	8 498 924
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	74 059 881	22 973 104	97 032 984
Passivos por impostos	-	-	19 066 211	19 066 211
Acréscimos e diferimentos	-	-	1 421 195	1 421 195
Total do passivo	146 522	227 347 643	51 959 433	279 453 597
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	33 000 000	-	100 000 000
Reserva legal	-	-	5 557 141	5 557 141
Reservas estatutárias	-	-	1 624 985	1 624 985
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	2 186 461	2 186 461
Resultados do exercício	13 559	7 513 643	4 246 911	11 774 112
Total do Capital Próprio	67 013 559	40 513 643	15 080 132	122 607 334
Total do Passivo e do Capital Próprio	67 160 080	267 861 286	67 039 565	402 060 931

**BALANÇO POR SEGMENTOS**

	31-Dez-14		
	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12 766 576	-	12 766 576
Empréstimos e contas a receber	56 032 462	-	56 032 462
Investimentos a deter até a maturidade	4 060 167	-	4 060 167
Edifícios	40 144 260	-	40 144 260
Outros activos tangíveis	8 290 212	-	8 290 212
Outros activos intangíveis	64 350	-	64 350
Provisões técnicas de resseguro cedido	23 970 518	-	23 970 518
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	144 732 623	11 733 137	156 465 759
Activos por impostos	-	5 678 778	5 678 778
Acréscimos e diferimentos	-	523 078	523 078
Total do activo	290 061 168	17 934 992	307 996 160
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	124 235 909	-	124 235 909
Empréstimos bancários	-	3 087 529	3 087 529
Outros credores por operações de seguros e outras operações	91 375 256	9 940 488	101 315 744
Passivos por impostos	-	14 402 097	14 402 097
Acréscimos e diferimentos	-	21 121 659	21 121 659
Total do passivo	215 611 165	48 551 774	264 162 939
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	33 000 000	-	33 000 000
Reserva legal	-	4 363 604	4 363 604
Reservas estatutárias	-	1 326 601	1 326 601
Outras reservas	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	(2 289 304)	(2 289 304)
Resultados do exercício	3 330 649	2 637 038	5 967 687
Total do Capital Próprio	36 330 649	7 502 572	43 833 222
Total do Passivo e do Capital Próprio	251 941 814	56 054 346	307 996 160

**GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS**

2015

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13 559	203 330 902	-	203 344 461
Prémios brutos emitidos	160 080	313 655 505	-	313 815 585
Prémios de resseguro cedido	-	(87 470 873)	-	(87 470 873)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(146 522)	(35 825 804)	-	(35 972 326)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	12 972 075	-	12 972 075
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	95 879 699	-	95 879 699
Montantes pagos				
Montantes brutos	-	108 966 353	-	108 966 353
Parte dos resseguradores	-	(5 960 208)	-	(5 960 208)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	-	17 269 833	-	17 269 833
Parte dos resseguradores	-	(24 396 278)	-	(24 396 278)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	232 465	-	232 465
Gastos de exploração líquidos	-	92 918 689	-	92 918 689
Custos de aquisição	-	46 346 529	-	46 346 529
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(1 966 261)	-	(1 966 261)
Custos administrativos	-	62 605 962	-	62 605 962
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(14 067 541)	-	(14 067 541)
Rendimentos				
Outros	-	8 046 497	-	8 046 497
Gastos com investimentos				
Outros	-	-	1 339 356	1 339 356
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	11 847 099	-	11 847 099
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	11 847 099	-	11 847 099
Outros rendimentos/gastos	-	-	11 643 656	11 643 656
Resultado antes de imposto	13 559	10 499 448	10 304 300	20 817 307
Impostos correntes	-	(2 985 805)	(2 926 530)	(5 912 335)
Impostos diferidos	-	-	(3 130 859)	(3 130 859)
Resultado líquido do exercício	13 559	7 513 643	4 246 911	11 774 112



GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS	2014		
	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	166 225 481	-	166 225 481
Prémios brutos emitidos	229 915 748	-	229 915 748
Prémios de resseguro cedido	(58 368 339)	-	(58 368 339)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(5 745 030)	-	(5 745 030)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	423 102	-	423 102
Custos com sinistros líquidos de resseguro	81 619 400	-	81 619 400
Montantes pagos			
Montantes brutos	93 889 426	-	93 889 426
Parte dos resseguradores	(5 862 070)	-	(5 862 070)
Provisão para sinistros (variação)			
Montante bruto	2 204 074	-	2 204 074
Parte dos resseguradores	(8 612 030)	-	(8 612 030)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	161 236	-	161 236
Gastos de exploração líquidos	77 061 807	-	77 061 807
Custos de aquisição	43 436 843	-	43 436 843
Custos de aquisição diferidos (variação)	(930 284)	-	(930 284)
Custos administrativos	52 589 371	-	52 589 371
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(18 034 123)	-	(18 034 123)
Rendimentos			
Outros	4 064 320	-	4 064 320
Gastos com investimentos			
Outros	-	856 126	856 126
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	6 677 644	-	6 677 644
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	6 677 644	-	6 677 644
Outros rendimentos/gastos	-	4 729 074	4 729 074
Resultado antes de imposto	4 769 714	3 872 948	8 642 662
Impostos correntes	(1 439 065)	(1 168 503)	(2 607 567)
Impostos diferidos	-	(67 408)	(67 408)
Resultado líquido do exercício	3 330 649	2 637 038	5 967 687



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Caixa	59 802	53 171
Depósitos à Ordem	45 141 531	12 713 404
	<u>45 201 333</u>	<u>12 766 576</u>

4.2. Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

A decomposição da rubrica de outros depósitos é constituída pelos Depósitos a prazo contratados pela MCS à data fecho do exercício.

O detalhe por moeda e instituição de crédito é a seguinte:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
<u>Meticais</u>		
Millennium BIM	8 068 562	1 672 870
Banco Comercial e de Investimentos	10 048 759	1 390 520
First National Bank	5 506 849	-
Banco Único	11 282 630	34 558 823
Nosso Banco	5 548 493	-
African Banking Corporation	5 021 192	-
Capital Bank	8 070 110	-
Moza Banco	5 990 685	-
Banco Terra	18 548 384	-
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
Banco Único	12 411 113	17 710 149
Banco Terra	16 095 131	-
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	1 424 517	579 492
Banco Único	-	43 418
	<u>108 016 424</u>	<u>55 955 272</u>



4.3. Empréstimos e contas a receber – Outros empréstimos

Esta rubrica apresenta o seguinte desdobramento:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Empréstimo concedido - Soluções	-	77 190
	<u>-</u>	<u>77 190</u>

4.4. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Obrigações do Tesouro 2005	-	1 954 743
Obrigações Moza Banco 2014 (i)	2 106 167	2 105 425
Obrigações PETROMOC 2015 (ii)	1 519 833	-
Papel Comercial Moza Banco 2015 (iii)	3 801 425	-
Obrigações Banc ABC 2014 (iv)	1 507 448	-
	<u>8 934 873</u>	<u>4 060 167</u>

(i) As obrigações Moza Banco foram adquiridas em 6 de Agosto de 2014, por um período de 3 anos, tendo o seu vencimento a 6 de Agosto de 2017. Estes títulos rendem juros a uma taxa fixa de 13% para o primeiro e segundo cupão sendo que os restantes cupões estão indexados à FPC + 4,25%, com pagamentos semestrais de juros. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

(ii) As obrigações Petromoc foram adquiridas em Agosto de 2015, por um período de 5 anos, tendo o seu vencimento a 25 de Agosto de 2020. Estas obrigações rendem juros a uma taxa indexada à FPC acrescida de uma margem de 6,5%, sendo pagos trimestralmente. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.



(iii) O Papel Comercial Moza Banco foi adquirido em Outubro de 2015, por um período de 1 ano, tendo o seu vencimento a 30 de Outubro de 2016. Estes títulos rendem juros a uma taxa fixa de 13,50%, sendo pagos mensalmente. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

(iv) As Obrigações Banc ABC foram adquiridas em Dezembro de 2015, por um período de 10 meses, tendo o seu vencimento a 01 de Outubro de 2016. Estas Obrigações rendem juros a uma taxa fixa de 12,25% durante os primeiros 2 pagamentos semestrais de juros e variável indexada a FPC acrescida de um *spread* de 4,00% para os seguintes 2 pagamentos, sendo pagos semestralmente. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

4.5. Edifícios de uso próprio

Tal como referido na nota 2.2 a MCS aplicou a isenção que permite uma entidade optar por mensurar um item do activo tangível na data de transição para o novo plano de contas pelo seu justo valor e usar esse justo valor como custo considerado nessa data.

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a sede da Companhia.

O valor contabilístico do edifício decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	10 192 182	10 192 182
	<u>43 399 200</u>	<u>43 399 200</u>
Depreciações acumuladas	(3 905 928)	(3 254 940)
Valor líquido	<u>39 493 272</u>	<u>40 144 260</u>



4.6. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-14	Compras	Vendas / Abates	Regularizações	31-Dez-15
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 538 579	60 613	-	-	1 599 192
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	5 365 212	938 967	-	-	6 304 179
Material de transporte	10 481 263	3 469 342	-	-	13 950 605
Mobiliário e material	4 773 403	161 674	(20 000)	-	4 915 077
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	459 509	117 870	-	-	577 379
Activos em curso	-	286 630	-	-	286 630
	24 060 086	5 035 096	(20 000)	-	29 075 182
	31-Dez-14	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Regularizações	31-Dez-15
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	894 042	193 704	-	-	1 087 746
Máquinas e ferramentas	455 429	41 599	-	-	497 028
Equipamento informático	4 188 791	665 346	-	-	4 854 137
Material de transporte	6 697 709	1 968 245	-	25 350	8 691 304
Mobiliário e material	2 631 919	395 303	(20 000)	-	3 007 222
Património artístico	543 800	94 509	-	-	638 309
Outro equipamento	358 184	2 643	-	-	360 827
	15 769 874	3 361 348	(20 000)	25 350	19 136 572
<i>Valor líquido</i>	8 290 212				9 938 609



A 31 de Dezembro de 2014, o movimento nos activos tangíveis era o seguinte:

	31-Dez-13	Compras	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-14
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 221 044	317 536	-	-	1 538 579
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	4 480 562	884 649	-	-	5 365 212
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Material de transporte	8 498 088	2 563 600	(580 425)	-	10 481 263
Mobiliário e material	4 069 931	703 473	-	-	4 773 403
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	459 509	-	-	-	459 509
	20 171 253	4 469 258	(580 425)	-	24 060 086
	31-Dez-13	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-14
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	546 264	347 778	-	-	894 042
Máquinas e ferramentas	384 453	70 976	-	-	455 429
Equipamento informático	3 364 123	824 669	-	-	4 188 791
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Material de transporte	6 338 089	940 044	(580 425)	-	6 697 709
Mobiliário e material	2 246 983	384 936	-	-	2 631 919
Património artístico	449 291	94 509	-	-	543 800
Outro equipamento	312 233	45 951	-	-	358 184
	13 641 436	2 708 863	(580 425)	-	15 769 874
<i>Valor líquido</i>	6 529 817				8 290 212



4.7. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-14	Aumentos	Transferências	Regularizações	31-Dez-15
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	975 321	-	(96 521)	-	878 800
Activos em curso	-	5 271 029	96 521	-	5 367 550
	975 321	5 271 029	-	-	6 246 350
	31-Dez-14	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	31-Dez-15
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	910 971	-	-	(32 171)	878 800
	910 971	-	-	(32 171)	878 800
<i>Valor líquido</i>	64 350				5 367 550

A 31 de Dezembro de 2014, o movimento nos activos intangíveis era o seguinte:

	31-Dez-13	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-Dez-14
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	878 800	96 521	-	-	975 321
	878 800	96 521	-	-	975 321
	31-Dez-13	Amortizações do exercício	Diminuições	Regularizações	31-Dez-14
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	845 975	64 997	-	-	910 971
	845 975	64 997	-	-	910 971
<i>Valor líquido</i>	32 826				64 350



4.8. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Provisão para prémios não adquiridos	24 473 422	14 564 822
Provisão para sinistros	9 672 037	9 405 695
	34 145 459	23 970 518

A 31 de Dezembro de 2015, o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte decomposição por ramos:

	PPNA	Provisão para sinistros
Acidentes de Trabalho	253 768	4 636 890
Acidentes Pessoais e Doença	5 573 053	342
Incêndio e Elementos da Natureza	8 753 024	1 072 700
Automóvel	1 586 884	3 623 475
Transportes	483 326	12 060
Responsabilidade Civil Geral	7 298 425	311 615
Diversos	524 941	14 955
	24 473 422	9 672 037

A 31 de Dezembro de 2014, o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresentava a seguinte decomposição:

	PPNA	Provisão para sinistros
Acidentes de Trabalho	380 929	4 637 502
Acidentes Pessoais e Doença	2 255 853	363
Incêndio e Elementos da Natureza	7 773 194	827 189
Automóvel	2 272 375	3.623.052
Transportes	795 626	31 646
Responsabilidade Civil Geral	1 642 190	285 943
Diversos	(555 344)	-
	14 564 822	9 405 695



4.9. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Tomadores e Mediadores de seguro	134 779 432	152 866 504
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	13 044 920	6 545 840
Valores a receber por outras operações	22 189 145	11 733 137
	<u>170 013 496</u>	<u>171 145 480</u>
Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo	(26 526 819)	(14 679 721)
	<u>143 486 677</u>	<u>156 465 759</u>

Do total de valores a receber por outras operações, faz parte um montante de 6 970 207 meticais, relativo a um depósito no âmbito de resseguro cedido à Lusitania. Em 2014, este valor ascendia a 4 986 347 meticais.

O saldo de Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo refere-se ao ajustamento de recibos de prémio por cobrar. Da análise à recuperabilidade dos restantes valores a receber por operações de seguro e outras operações, não foram identificados indícios de imparidade.

A evolução do ajustamento de recibos de prémio por cobrar apresenta-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
A 1 de Janeiro	14 679 721	8 002 076
Reforço	11 935 093	7 657 917
Redução	(87 994)	(980 273)
A 31 de Dezembro	<u>26 526 819</u>	<u>14 679 721</u>



4.10. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Provisão para prémios não adquiridos	109 174 993	96 074 119
Provisão para sinistros	42 973 825	27 108 790
Provisão para desvios de sinistralidade	361 859	129 394
Provisão para riscos em curso	923 607	923 607
	153 434 283	124 235 909

A análise efectuada à provisão para riscos em curso a 31 de Dezembro de 2015, revelou a possibilidade de revertermos a totalidade do saldo, entretanto, por questões de prudência, foi mantida a provisão existente a 31 de Dezembro de 2014.

A 31 de Dezembro de 2015, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	146 522	-	-	-
Acidentes de Trabalho	10 150 735	23 525 071	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	6 725 921	14 562	-	32 606
Incêndio e Elementos da Natureza	15 779 365	1 447 667	361 859	-
Automóvel	63 475 353	17 690 087	-	-
Transportes	1 127 691	130 896	-	-
Responsabilidade Civil Geral	9 658 184	88 345	-	-
Diversos	2 111 222	77 198	-	891 001
	109 174 993	42 973 825	361 859	923 607

Verificou-se um incremento da PPNA em 2015, face a 2014, resultante do crescimento da carteira nova nos ramos Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil Geral.



O incremento na provisão para sinistros está essencialmente relacionado com um reforço resultante do novo método de cálculo das reservas matemáticas associadas aos Acidentes de Trabalho, introduzidas pelo Decreto 53/2013. Com efeito, as provisões matemáticas associadas aos Acidentes de Trabalho são determinadas e homologadas pelo Tribunal sendo ainda acrescidos 12% a título de custas judiciais, calculadas com base na provisão matemática apurada.

A 31 de Dezembro de 2014, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

	2014			
	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	-	-	-	-
Acidentes de Trabalho	10 855 261	8 356 377	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	3 169 878	(1 055)	-	32 606
Incêndio e Elementos da Natureza	13 648 405	1 476 449	129 394	-
Automóvel	63 719 367	14 071 111	-	-
Transportes	563 690	(634 720)	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3 778 871	472 986	-	-
Diversos	338 646	3 367 643	-	891 001
	96 074 119	27 108 790	129 394	923 607

4.11. Empréstimos bancários

A rubrica de empréstimos bancários apresenta a seguinte decomposição:

		31-Dez-15	31-Dez-14
Descoberto bancário	(i)	5 375 038	1 340 452
Banco Único - Leasing	(ii)	1 408 504	1 747 077
Banco Terra - Leasing	(iii)	1 715 383	-
		8 498 924	3 087 529

- (i) Corresponde a descobertos bancários de curto prazo aprovados pelos bancos para suprir pagamentos pontuais. Este saldo foi integralmente regularizado no início de 2016.



Importa ainda referir que a MCS negociou com o Banco Terra um limite para descoberto bancário no montante de 15 milhões de meticais. A 31 de Dezembro de 2015, esta facilidade não tinha sido utilizada. Como garantia para esta facilidade, a Companhia ofereceu o penhor de 2 depósitos a prazo no valor total de 13 milhões de meticais com vencimentos anuais os quais são remunerados à taxa de 12% ao ano.

- (ii) Corresponde a dois financiamentos obtidos junto do Banco Único para aquisição de 2 viaturas para a Companhia. Os contratos celebrados enquadram-se como contratos de locação financeira, retendo a Companhia todos os riscos e vantagens inerentes à utilização das viaturas. Estes financiamentos foram concedidos em Agosto de 2014, por um período máximo de 4 anos, vencendo juros e capital com uma periodicidade mensal. Estes financiamentos são remunerados à taxa de juro PLR MZN + 1%.

- (iii) Corresponde a um financiamento obtido junto do Banco Terra para aquisição de 1 viatura para a Companhia. Este financiamento enquadra-se no âmbito do contrato celebrado com aquela instituição em Fevereiro de 2015 no qual foi aprovado um limite para leasing financeiro no montante de 15 milhões de meticais, pelo período de 4 anos, com remuneração à taxa de juro Prime MZN + 0%. Até 31 de Dezembro de 2015 tinha sido utilizado o valor de 2 milhões de meticais. Como garantia para esta facilidade, a Companhia ofereceu o penhor da viatura adquirida com o financiamento.



4.12. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Valores a pagar por operações de seguro directo	35 356 600	31 413 873
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradoras	38 703 281	59 961 383
Valores a pagar por outras operações	22 973 104	9 940 488
	<u>97 032 984</u>	<u>101 315 744</u>

A rubrica de Valores a pagar por outras operações inclui o montante de 5 492 035 meticais correspondente a diferenças cambiais positivas resultantes do capital realizado pelos accionistas no ano de 2015 no âmbito do aumento de capital social em 67 milhões de meticais para cumprir com os requisitos de capital social mínimo para a exploração do ramo Vida. (Nota 4.13)

4.13. Capital social

Durante o exercício de 2015 os accionistas procederam ao aumento de capital social em 67 milhões de meticais. Este aumento visa cumprir com os requisitos de capital social mínimo para a exploração do ramo Vida, cujo início ocorreu no final do ano. (Nota 4.12)

O Capital Social da Moçambique, Companhia de Seguros encontra-se integralmente subscrito e realizado, apresentando a seguinte estrutura societária:



	31-Dez-14			Aumento		31-Dez-15		
	Número de acções	Valor Nominal	% participação	Número de acções	Valor Nominal	Número de acções	Valor Nominal	% participação
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	80 190	8 019 000	24,30%	189 313	18 931 291	269 503	26 950 291	26,95%
Montepio Geral – Associação Mutualista	59 400	5 940 000	18,00%	140 233	14 023 300	199 633	19 963 300	19,96%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	53 460	5 346 000	16,20%	126 209	12 620 900	179 669	17 966 900	17,97%
Sociedade Nacional de Investimentos Financeiros, SA (ex-FINOLCO.CO.INC)	33 000	3 300 000	10,00%	67 000	6 700 000	100 000	10 000 000	10,00%
Caixa Económica Montepio Geral	29 700	2 970 000	9,00%	70 116	7 011 600	99 816	9 981 600	9,98%
Grupo Visabeira, SGPS	14 850	1 485 000	4,50%	35 059	3 505 910	49 909	4 990 910	4,99%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	11 880	1 188 000	3,60%	28 047	2 804 700	39 927	3 992 700	3,99%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	5 940	594 000	1,80%	14 023	1 402 300	19 963	1 996 300	2,00%
Parups, S.A	14 850	1 485 000	4,50%	-	-	14 850	1 485 000	1,48%
Eng. Luís Marques dos Santos	11 880	1 188 000	3,60%	-	-	11 880	1 188 000	1,19%
Raminiklal Jamonadás	8 910	891 000	2,70%	-	-	8 910	891 000	0,89%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	594 000	1,80%	-	-	5 940	594 000	0,59%
	330 000	33 000 000	100,00%	670 000	67 000 000	1 000 000	100 000 000	100,00%

4.14. Reservas

Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- b) 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia, definido no art.º n.º 15 do mesmo Decreto; e
- c) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

O capital social mínimo aplicável à MCS é de 100 milhões de meticais.

Reserva estatutária

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.



4.15. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como segue:

	2015			2014		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Vida	160 080	-	160 080	-	-	-
Acidentes de Trabalho	30 765 052	(768 715)	29 996 337	19 629 381	(559 319)	19 070 063
Acidentes Pessoais e Doença	26 481 231	(25 018 524)	1 462 707	11 119 865	(9 292 237)	1 827 628
Incêndio e Elementos da Natureza	54 087 423	(33 327 839)	20 759 585	39 956 719	(29 014 169)	10 942 550
Automóvel	167 178 493	(4 088 330)	163 090 163	139 314 247	(3 867 793)	135 446 454
Transportes	5 174 668	(2 130 466)	3 044 202	4 521 638	(4 205 718)	315 920
Responsabilidade Civil Geral	23 000 559	(16 847 036)	6 153 523	11 016 235	(7 233 895)	3 782 339
Diversos	6 968 078	(5 289 964)	1 678 115	4 357 663	(4 195 208)	162 455
	313 815 585	(87 470 873)	226 344 712	229 915 748	(58 368 339)	171 547 409

4.16. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2015			2014		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido
Acidentes de Trabalho	28 218 727	(16 978 586)	11 240 141	10 660 549	(4 638 090)	6 022 459
Acidentes Pessoais e Doença	15 617	-	15 617	(1 061 331)	-	(1 061 331)
Incêndio e Elementos da Natureza	7 040 184	(4 906 118)	2 134 066	7 253 503	(4 183 194)	3 070 309
Automóvel	86 306 484	(3 278 970)	83 027 514	80 980 268	(3 612 475)	77 367 793
Transportes	1 065 059	(1 819 028)	(753 969)	574 986	(1 834 505)	(1 259 519)
Responsabilidade Civil Geral	2 376 202	(3 373 785)	(997 583)	302 829	(205 836)	96 993
Diversos	(52 018)	-	(52 018)	-	-	-
	124 970 255	(30 356 487)	94 613 768	98 710 804	(14 474 100)	84 236 704



4.17. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2015		2014	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Acidentes de Trabalho	3 391 020	-	2 283 651	(153 831)
Acidentes Pessoais e Doença	551 534	(4 235 927)	506 881	(3 114 085)
Incêndio e Elementos da Natureza	6 710 575	(6 868 497)	5 009 036	(10 083 854)
Automóvel	14 346 671	-	12 971 909	(1 063 768)
Transportes	693 595	(566 464)	505 391	(1 684 011)
Responsabilidade Civil Geral	1 485 884	(2 030 992)	984 422	(2 192 441)
Diversos	245 422	(365 660)	18 560	257 868
	27 424 702	(14 067 541)	22 279 850	(18 034 123)

Os gastos administrativos são analisados como segue:

	2015	2014
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	4 430 715	3 005 343
Remunerações do Pessoal	39 430 781	33 378 483
Encargos sobre remunerações	1 617 046	972 029
Cursos de Formação	447 786	1 027 245
Comparticipação nas despesas hospitalares	73 743	12 735
Indemnização por cessação de contrato de trabalho	4 495 975	-
Outros	1 227 157	1 128 286
Fornecimento e serviços de terceiros		
Trabalhos especializados	2 848 337	4 405 657
Publicidade e Propaganda	2 653 217	5 502 568
Rendas e Alugueres	6 352 338	4 862 643
Conservação e Reparação	3 331 235	3 342 054
Comunicação	2 032 085	1 516 923
Deslocações e Estadas	1 415 919	2 556 436
Vigilância e Segurança	1 078 026	1 005 299
Combustíveis	1 874 749	1 787 528
Material de Escritório	2 401 453	921 440
Outros gastos administrativos	4 410 177	3 792 379
Depreciações e amortizações do exercício	4 012 337	3 424 847
	84 133 076	72 641 895



A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Sinistros	1 265 931	975 367
Aquisição	18 921 827	18 221 032
Administrativa	62 605 962	52 589 371
Investimentos	1 339 356	856 126
	<u>84 133 076</u>	<u>72 641 895</u>

4.18. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Outros rendimentos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	21 966 526	5 225 700
Outros rendimentos não técnicos	316 642	1 253 952
	<u>22 283 168</u>	<u>6 479 652</u>
<u>Outros gastos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	8 529 351	1 199 881
Quotas	307 500	300 000
Outros gastos não técnicos	1 802 662	250 697
	<u>10 639 512</u>	<u>1 750 578</u>
	<u>11 643 656</u>	<u>4 729 074</u>

4.19. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto corrente	(5 912 335)	(2 607 567)
Imposto diferido	(3 130 859)	(67 408)
	<u>(9 043 194)</u>	<u>(2 674 975)</u>



O imposto corrente é determinado com base nas taxas de impostos em vigor para cada exercício fiscal.

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2015 e 2014, assim como o movimento dos impostos diferidos encontram-se traduzidos nos quadros seguintes:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		20 817 307		8 642 662
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	6 661 538	32,00%	2 765 652
Correcções fiscais - A acrescentar				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	1,08%	224 345	2,22%	102 798
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	0,77%	160 217	0,00%	-
Donativos	0,00%	-	2,70%	-
Multas	0,00%	398	0,86%	17 511
50% de ajudas de custo	0,01%	1 408	0,00%	-
80% das despesas de representação	0,26%	53 940	0,74%	40 965
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	0,00%	-	0,00%	-
Aluguer de viaturas sem condutor	0,27%	56 810	0,00%	106 308
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	1,23%	255 426	9,38%	245 838
Publicidade	0,00%	-	14,97%	695 995
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,26%	54 449	2,74%	55 981
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	7,57%	1 576 402	4,99%	361 098
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	7,94%	1 653 094	0,00%	18 739
Impostos diferidos	4,98%	1 036 357	0,00%	31 440
Correcções fiscais - A deduzir				
Mais valias contabilísticas	0,00%	-	0,00%	37 792
Formação profissional	0,69%	143 292	0,00%	137 240
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00%	-	0,00%	-
Reposição de diferenças de câmbio tributadas	1,73%	361 098	13,16%	637
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	25,38%	5 283 179	40,07%	1 653 094
Impostos diferidos	0,17%	34 482	0,00%	5 997
Imposto efectivo a liquidar	28,40%	5 912 335	17,39%	2 607 567
Imposto corrente	28,40%	5 912 335	17,39%	2 607 567



	31-Dez-14	Ganhos e perdas		31-Dez-15
		Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	12 741	(12 741)	9 504	9 504
	12 741	(12 741)	9 504	9 504
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliação do edifício de uso próprio	3 326 728	-	(65 230)	3 261 498
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	33 021	3 225 874	(33 021)	3 225 874
	3 359 749	3 225 874	(98 251)	6 487 372
<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>		3 130 859		

Os impostos correntes decompõem-se da seguinte forma:

	31-Dez-15	31-Dez-14
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Pagamentos por conta e retenções efectuadas por terceiros	4 911 634	4 294 416
Imposto sobre rendimentos de capitais retidos na fonte (IRPC)	1 118 925	163 661
Impostos a regularizar	-	1 207 960
Outros	427 585	-
	6 458 144	5 666 037
	-	-
	31-Dez-15	31-Dez-14
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o lucro do exercício (IRPC)	5 912 335	2 607 567
Imposto do selo	3 500 913	5 483 025
Retenção na fonte (IRPS)	896 466	903 935
Segurança social (INSS)	-	127 451
Sobretaxa	602 517	1 920 370
Outros	1 666 608	-
	12 578 838	11 042 348



4.20. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Seguros	642 441	470 482
Outros Custos Diferidos	366 646	52 596
	<u>1 009 087</u>	<u>523 078</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Prémios Antecipados	1 415 415	21 121 659
Outros Acréscimos de Custos	5 780	-
	<u>1 421 195</u>	<u>21 121 659</u>
	<u>(412 108)</u>	<u>(20 598 581)</u>

4.21. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos depósitos a prazo é baseado em fluxos de caixa descontados usando taxas de juro do mercado activo para títulos de crédito semelhantes e com mesma maturidade. Para os títulos cotados, o justo valor é determinado com base em cotações do mercado activo. Para os títulos cujas cotações não estão disponíveis no mercado activo, é usado o modelo de fluxo de caixa descontado apropriado para o período remanescente até ao vencimento.

A tabela abaixo compara o justo valor dos instrumentos financeiros com a respectiva quantia escriturada:



	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	103 898 251	103 141 877	52 848 745	52 613 300
Investimentos a deter até à maturidade	8 800 000	7 541 092	3 865 065	3 818 048
Devedores por operações de seguros e outras	143 486 677	143 486 677	156 465 759	156 447 556
	256 184 928	254 169 647	213 179 568	212 878 904
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	8 498 924	7 212 042	3 087 529	2 947 960
Credores por operações de seguros e outras	97 032 984	88 053 530	101 315 744	101 306 200
	105 531 909	95 265 572	104 403 274	104 254 160

A Companhia enquadrou o justo valor dos seus activos e passivos financeiros de acordo com os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo,
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em variáveis não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado activo, directa ou indirectamente,
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos determinado com base em variáveis que não são baseados em informação observável no mercado.

A tabela seguinte, resume para cada classe de activo, o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:

	31-Dez-15			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	103 141 877	-	103 141 877
Investimentos a deter até à maturidade	-	7 541 092	-	7 541 092
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	143 486 677	143 486 677
Total de activos financeiros	-	110 682 970	143 486 677	254 169 647
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	7 212 042	-	7 212 042
Credores por operações de seguros e outras	-	-	88 053 530	88 053 530
Total de passivos financeiros	-	7 212 042	88 053 530	95 265 572



	31-Dez-14			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	52 613 300	-	52 613 300
Investimentos a deter até à maturidade	-	3 818 048	-	3 818 048
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	156 447 556	156 447 556
Total de activos financeiros	-	56 431 348	156 447 556	212 878 904
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	2 947 960	-	2 947 960
Credores por operações de seguros e outras	-	-	101 306 200	101 306 200
Total de passivos financeiros	-	2 947 960	101 306 200	104 254 160

4.22. Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela MCS é feita, na sua maioria, através da Lusitania.

As transacções e saldos entre as duas entidades sumarizam-se como segue:

	2015	2014
Prémios de resseguro cedido	27 837 989	37 352 661
Comissões de resseguro cedido	6 428 517	9 548 844
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	25 652 674	12 322 398
Participação nos resultados	-	7 740 710
Conta corrente	(4 243 203)	7 740 709

A MCS dispõe ainda de um depósito efectuado junto da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. no valor de 6 970 207 meticaís.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam em 2015 a 4 430 715 meticaís. Em 2014 os valores foram de 3 005 343 meticaís.



4.23. Compromissos e contingências

Relativos às locações financeiras

A Companhia detém contratos de locação financeira celebrados com o Banco Único e o Banco Terra, relativos à aquisição de viaturas. Os contratos, com duração de 4 anos, foram celebrados em 2014 e 2015.

Os futuros pagamentos mínimos da locação são como segue:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Até 1 ano		
Banco Único	393 804	338 574
Banco Terra	445 113	-
Entre 1 e 4 anos		
Banco Único	807 740	1 201 544
Banco Terra	1 270 270	-
	<u><u>2 916 927</u></u>	<u><u>1 540 118</u></u>

4.24. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;



- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação);
- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;
- Risco de Provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;
- Risco de Sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;
- Risco de Retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;
- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a destruição de propriedade, ou a morte/ ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros, são transferidos para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de



resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a MCS tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados em 2015 aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.

Quando comparados os principais rácios da actividade da Companhia, temos:

Rácios de sinistralidade (Sinistros/PA) - Líquidos Resseguro

<u>Ramo</u>	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Acidentes de Trabalho	41,24%	37,26%
Acidentes Pessoais e Doença	2,22%	-69,87%
Incêndio e Elementos da Natureza	12,70%	22,65%
Automóvel	55,32%	51,91%
Transportes	-37,42%	-230,46%
Responsabilidade Civil Geral	1,68%	114,26%
Diversos	-7,94%	-730,10%
<u>Rácio global</u>	<u>47,15%</u>	<u>49,10%</u>

**Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional**

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.

<u>Provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Seguro directo	33 708 411	119 725 872	153 434 283
Resseguro cedido	(4 890 658)	(29 254 800)	(34 145 459)
Valor líquido	28 817 753 -	90 471 072	119 288 825

<u>Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Obrigações	6 800 000	2 000 000	8 800 000
Edifícios	-	39 493 272	39 493 272
Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparidade	-	9 938 609	9 938 609
Depósitos a Prazo	25 000 000	65 898 251	90 898 251
Depósitos junto empresas cedentes	-	6 970 207	6 970 207
Prémios à Cobrança Directos (Antiguidade inferior a 60 dias)	9 471 390	100 704 577	110 175 967
Caixa e Disponibilidades	-	45 201 333	45 201 333
Total	41 271 390 -	270 206 249	311 477 639

Rácio de Cobertura	143,22%	298,67%	261,11%
--------------------	----------------	----------------	----------------

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.



Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Na MCS a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da MCS face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia.

A política da MCS passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro a uma só moeda.

Os instrumentos financeiros da MCS cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo e as obrigações do tesouro. Para estes, as tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro



de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de juro:

	31-Dez-15				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	108 016 424	78 085 664	28 506 244	1 424 517	-
Investimentos a deter até a maturidade	8 934 873	8 934 873	-	-	-
Empréstimos e contas a receber - Outros empréstimos	-	-	-	-	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	143 486 677	116 521 942	26 857 290	107 445	-
Total	260 437 974	203 542 478	55 363 534	1 531 962	-
Passivos					
Empréstimos bancários	8 498 924	8 498 924	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	97 032 985	97 032 985	-	-	-
Total	105 531 909	105 531 909	-	-	-
Posição Líquida	154 906 065	98 010 570	55 363 534	1 531 962	-

	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto
--	---------------------------------------	--

2015

Maibor	+200	1 137 910
Maibor	-200	(1 137 910)
Libor	+25	74 827
Libor	-25	(74 827)

	31-Dez-14				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	55 955 272	37 622 213	17 710 149	622 910	-
Investimentos a deter até a maturidade	4 060 168	4 060 168	-	-	-
Empréstimos e contas a receber - Outros empréstimos	77 190	-	77 190	-	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	156 465 759	146 861 521	9 604 238	-	-
Total	216 558 390	188 543 903	27 391 577	622 910	-
Passivos					
Empréstimos bancários	3 087 529	3 087 529	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	101 315 744	100 882 283	-	-	433 461
Total	104 403 274	103 969 813	-	-	433 461
Posição Líquida	112 155 116	84 574 090	27 391 577	622 910	(433 461)



	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto
2014		
Maibor	+200	771 897
Maibor	-200	(771 897)
Libor	+25	46 026
Libor	-25	(46 026)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da MCS podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR e MZN/EUR. A MCS procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de câmbio:

	31-Dez-15				
	Total	MZN	USD	ZAR	
<u>Activos</u>					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	108 016 424	78 085 664	28 506 244	1 424 517	-
Investimentos a deter até a maturidade	8 934 873	8 934 873	-	-	-
Empréstimos e contas a receber - Outros empréstimos	-	-	-	-	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	143 486 677	116 521 942	26 857 290	107 445	-
Total	260 437 974	203 542 478	55 363 534	1 531 962	-
<u>Passivos</u>					
Empréstimos bancários	8 498 924	8 498 924	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	97 032 985	97 032 985	-	-	-
Total	105 531 909	105 531 909	-	-	-
Posição Líquida	154 906 065	98 010 570	55 363 534	1 531 962	-



	<u>Aumento /Diminuição</u>	<u>Efeito em Resultados</u>			
2015					
Doláres Norte Americanos	+20%	11 072 707			
Doláres Norte Americanos	-20%	(11 072 707)			
Rands Sul Africanos	+20%	306 392			
Rands Sul Africanos	-20%	(306 392)			
Euro	+20%	-			
Euro	+20%	-			
Euro	-20%	-			
31-Dez-14					
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	55 955 272	37 622 213	17 710 149	622 910	-
Investimentos a deter até a maturidade	4 060 168	4 060 168	-	-	-
Empréstimos e contas a receber - Outros empréstimos	77 190	-	77 190	-	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	156 465 759	146 861 521	9 604 238	-	-
Total	216 558 390	188 543 903	27 391 577	622 910	-
Passivos					
Empréstimos bancários	3 087 529	3 087 529	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	101 315 744	100 882 283	-	-	433 461
Total	104 403 274	103 969 813	-	-	433 461
Posição Líquida	112 155 116	84 574 090	27 391 577	622 910	(433 461)

	<u>Aumento /Diminuição</u>	<u>Efeito em Resultados</u>	
2014			
Doláres Norte Americanos	+20%	5 478 315	
Doláres Norte Americanos	-20%	(5 478 315)	
Rands Sul Africanos	+20%	124 582	
Rands Sul Africanos	-20%	(124 582)	
Euro	+20%	(86 692)	
Euro	-20%	86 692	

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da MCS incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:



- parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Lusitania Companhia de Seguros, accionista da MCS, empresa integrada no grupo Montepio.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM, detendo a MCS apenas títulos de dívida pública e obrigações corporativas.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos, tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.



O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários e locações financeiras.

A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014:

	31-Dez-15				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	41 306 729	-	-	-	41 306 729
Depósitos a prazo	108 016 424	-	-	-	108 016 424
Investimentos a deter até maturidade	5 321 258	2 106 167	1 507 448	-	8 934 873
Valores a receber por operações de seguro directo	108 252 613	-	-	-	108 252 613
Valores a receber por operações de resseguro	13 044 920	-	-	-	13 044 920
Valores a receber por outras operações	22 189 145	-	-	-	22 189 145
Total	298 131 089	2 106 167	1 507 448	-	301 744 703
Passivos Financeiros					
Empréstimos bancários	4 639 801	2 754 607	1 104 516	-	8 498 924
Valores a pagar por operações de seguro directo	35 356 600	-	-	-	35 356 600
Valores a pagar por operações de resseguro	38 703 281	-	-	-	38 703 281
Valores a pagar por outras operações	22 973 104	-	-	-	22 973 104
Total	101 672 786	2 754 607	1 104 516	-	105 531 908

	31-Dez-14				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	12 766 576	-	-	-	12 766 576
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até maturidade	1 954 743	2 105 425	-	-	4 060 168
Outros empréstimos	100 882 283	-	-	-	100 882 283
Valores a receber por operações de seguro directo	138 186 783	-	-	-	138 186 783
Valores a receber por operações de resseguro	6 545 840	-	-	-	6 545 840
Valores a receber por outras operações	11 733 137	-	-	-	11 733 137
Total	272 069 362	2 105 425	-	-	274 174 786
Passivos Financeiros					
Empréstimos bancários	1 885 986	1 201 544	-	-	3 087 529
Valores a pagar por operações de seguro directo	31 413 873	-	-	-	31 413 873
Valores a pagar por operações de resseguro	59 961 383	-	-	-	59 961 383
Valores a pagar por outras operações	9 940 488	-	-	-	9 940 488
Total	103 201 730	1 201 544	-	-	104 403 274

4.25. Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a MCS que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

**Anexos****INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Ano: 2015
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 1
Valores em Metcais

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos Cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.1 - De dívida pública							
Obrigações do tesouro 2005							
Sub-total		#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!	
		#DIV/0!		#DIV/0!			
1.1.1.3 - De outros emissores							
Obrigações Moza Banco 2014	20 000	100		100	2 000 000	105	2 106 167
Obrigações PETROMOC 2015	15 000	100		100	1 500 000	101	1 519 833
Papel Comercial Moza Banco 2015	38 000	100		100	3 800 000	100	3 801 425
Obrigações Banc ABC 2014	15 000	100		100	1 500 000	100	1 507 448
Sub-total		88 000	100	100	8 800 000		8 934 873
3 - TOTAL GERAL		88 000			8 800 000		8 934 873

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2015
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 2
Valores em Metcais

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 /12/2014 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31 /12/2015 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Ramo Vida	-	-	-	-
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	8 356 377	13 893 616	23 525 071	29 062 310
Acidentes Pessoais e Doença	(1 055)	-	14 562	15 617
Incêndio e Elementos da Natureza	1 476 449	6 638 691	1 447 667	6 609 909
Automóvel	14 071 111	84 264 239	17 690 087	87 883 215
Marítimo	-	-	-	-
Ferrovário	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	(634 720)	314 781	130 896	1 080 397
Responsabilidade Civil Geral	472 986	3 855 026	88 345	3 470 384
Diversos	3 367 643	-	77 198	(3 290 444)
Total Não Vida	27 108 790	108 966 353	42 973 825	124 831 387
Total geral	27 108 790	108 966 353	42 973 825	124 831 387

* - De sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores

**DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**

Ano: 2015
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 3
Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3) =(1)+(2)
Seguro directo			
Acidentes de Trabalho	13 893 616	14 503 338	28 396 954
Acidentes Pessoais e Doença	-	15 617	15 617
Incêndio e Elementos da Natureza	6 638 691	401 493	7 040 184
Automóvel	84 264 239	2 042 245	86 306 484
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	314 781	750 278	1 065 059
Responsabilidade Civil Geral	3 855 026	(391 120)	3 463 906
Diversos	-	(52 018)	(52 018)
Total	108 966 353	17 269 833	126 236 186
Resseguro aceite	-	-	-
Total Geral	108 966 353	17 269 833	126 236 186

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2015
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 400 081 263
Ident. do resp. pela informação:

Anexo 4
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saklo de resseguro cedido
Seguro directo					
Vida	160 080	13 559	-	-	-
Acidentes de Trabalho	30 765 052	31 783 355	28 396 954	5 735 875	(16 082 710)
Acidentes Pessoais e Doença	26 481 231	22 945 908	15 617	2 217 810	17 465 396
Incêndio e Elementos da Natureza	54 087 423	52 037 881	7 040 184	9 425 451	20 573 393
Automóvel	167 178 493	168 397 396	86 306 484	26 845 475	1 494 851
Marítimo	-	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	5 174 668	4 533 163	1 065 059	846 041	57 274
Responsabilidade Civil Geral	23 000 559	17 156 232	3 463 906	2 301 774	5 786 024
Diversos	6 968 078	5 041 948	(52 018)	174 060	3 844 018
Total	313 815 585	301 909 441	126 236 186	47 546 487	33 138 246
Resseguro Aceite					
Total geral	313 815 585	301 909 441	126 236 186	47 546 487	33 138 246



Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., referentes ao exercício de 2015.

No decurso deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, na oportunidade, os negócios da Sociedade e congratula-se com os esforços desenvolvidos.

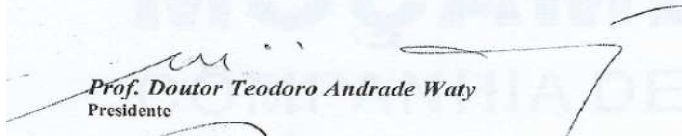
Como resultado da análise às contas e ao Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal entende que neles se espelha a situação económico-financieira da Companhia, em 31 de Dezembro de 2015.

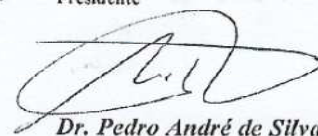
Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório, o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e demais documentação apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do exercício;
- c) Seja endereçado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela criteriosa e empenhada gestão e aos colaboradores, pela dedicação e zelo com que têm servido a Companhia.

Maputo, 17 de Março de 2016.

O Conselho Fiscal,


Prof. Doutor Teodoro Andrade Waty
Presidente


Dr. Pedro André de Silva Sousa
Vogal

Dra Sandra Maria da Costa Nobre
Vogal


Sandra Nobre



Relatório do auditor independente



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Chadias Mulanga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mrz.ey.com
NUIF:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da
MCS - MOÇAMBIQUE COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras da MCS - Moçambique Companhia de Seguros, S.A., que compreendem o Balanço relativo a 31 de Dezembro 2015, (que evidencia um total de activo de 402.060.931 Meticais e um total de capital próprio de 122.607.334 Meticais, incluindo um resultado líquido do exercício de 11.774.112 Meticais), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas aplicável às entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MCS - Moçambique Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de Dezembro 2015, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas aplicável às entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Maputo, 17 de Março de 2016

